

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>262.452</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2019	Dividendo	26/07/2019	Ordinária		0,32560
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2019	Juros sobre Capital Próprio	26/07/2019	Ordinária		0,00794
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2019	Juros sobre Capital Próprio	26/07/2019	Ordinária		0,00820
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2019	Dividendo	26/07/2019	Ordinária		0,15601
Reunião do Conselho de Administração	24/09/2019	Juros sobre Capital Próprio	25/09/2019	Ordinária		0,05955
Reunião do Conselho de Administração	24/09/2019	Dividendo	25/09/2019	Ordinária		0,21610

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	1.886.816	1.943.957
1.01	Ativo Circulante	113.968	235.468
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.831	173.353
1.01.03	Contas a Receber	53.904	53.460
1.01.03.01	Clientes	53.771	53.386
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	133	74
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	133	74
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.270	24
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.530	1.424
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.433	7.207
1.02	Ativo Não Circulante	1.772.848	1.708.489
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	459.487	426.661
1.02.01.07	Tributos Diferidos	26.035	18.534
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.035	18.534
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	433.452	408.127
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	74.818	66.341
1.02.01.10.04	Debêntures a receber - Partes Relacionadas	358.634	341.786
1.02.03	Imobilizado	16.556	18.493
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.556	18.493
1.02.04	Intangível	1.296.805	1.263.335
1.02.04.01	Intangíveis	1.296.805	1.263.335

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	1.886.816	1.943.957
2.01	Passivo Circulante	246.307	261.094
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.067	5.529
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.067	5.529
2.01.02	Fornecedores	9.479	15.470
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.479	15.470
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.825	11.610
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.825	11.610
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	9.825	11.610
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	162.163	173.185
2.01.04.02	Debêntures	161.690	171.614
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	473	1.571
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	473	1.571
2.01.05	Outras Obrigações	19.205	15.917
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.780	8.808
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	5.666	5.443
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.114	3.365
2.01.05.02	Outros	5.425	7.109
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.509	3.600
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.250	1.482
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.666	2.027
2.01.06	Provisões	39.568	39.383
2.01.06.02	Outras Provisões	39.568	39.383
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	23.975	15.438
2.01.06.02.06	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	15.593	23.945
2.02	Passivo Não Circulante	1.141.388	1.233.860
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	963.441	1.073.004
2.02.01.02	Debêntures	963.199	1.072.762
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	242	242
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	242	242
2.02.02	Outras Obrigações	9.518	11.287
2.02.02.02	Outros	9.518	11.287
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	9.518	11.287
2.02.04	Provisões	168.429	149.569
2.02.04.02	Outras Provisões	168.429	149.569
2.02.04.02.04	Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	77.783	67.394
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	87.404	79.060
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	3.242	3.115
2.03	Patrimônio Líquido	499.121	449.003
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	145.965
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	85.456
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	135.574	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	288.494	825.040	262.082	783.609
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-132.264	-366.420	-114.135	-307.416
3.03	Resultado Bruto	156.230	458.620	147.947	476.193
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.631	-30.991	-9.367	-33.067
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.630	-32.530	-9.670	-33.688
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1	1.539	303	621
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	145.599	427.629	138.580	443.126
3.06	Resultado Financeiro	-10.830	-57.188	-24.239	-65.065
3.06.01	Receitas Financeiras	10.170	31.052	14.535	32.016
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.000	-88.240	-38.774	-97.081
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	134.769	370.441	114.341	378.061
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-43.887	-119.802	-36.738	-122.233
3.08.01	Corrente	-45.228	-127.303	-35.169	-116.655
3.08.02	Diferido	1.341	7.501	-1.569	-5.578
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	90.882	250.639	77.603	255.828
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	90.882	250.639	77.603	255.828
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,33612	0,92697	0,28701	0,94616

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	90.882	250.639	77.603	255.828
4.03	Resultado Abrangente do Período	90.882	250.639	77.603	255.828



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	407.263	424.738
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	589.606	588.196
6.01.01.01	Lucro Líquido	250.639	255.828
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	107.983	117.721
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	246	871
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamento mercantil	73.744	78.709
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	0	-50
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias trabalhistas e cíveis	9.482	2.490
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias trabalhistas e cíveis	2.883	2.601
6.01.01.09	Tributos diferidos	-7.501	5.578
6.01.01.11	Juros capitalizados	-2.918	-921
6.01.01.12	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	746	93
6.01.01.13	Levantamento dos depósitos judiciais	794	953
6.01.01.14	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1.938	-1.912
6.01.01.15	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	27.072	6.738
6.01.01.16	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	6.523	7.651
6.01.01.17	Juros ativos - Debentures privadas	-16.848	-16.268
6.01.01.18	Obrigações com Poder Concedente	11.396	11.459
6.01.01.19	Provisão para imposto de renda e contribuição social	127.303	116.655
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-182.343	-163.458
6.01.02.01	Clientes	-1.131	6.474
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.246	-2.924
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.106	-942
6.01.02.04	Outros créditos	-226	-1.146
6.01.02.05	Fornecedores	-5.991	-114
6.01.02.06	Impostos taxas e contribuições a recolher	-1.785	-1.304
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	538	19
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	4.913	-59
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-1.130	1.071
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	-135.655	-112.455
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-7.333	-1.824
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias trabalhistas e cíveis	-1.976	-1.833
6.01.02.13	Pagamento de Manutenção	-16.587	-36.700
6.01.02.14	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-11.628	-11.721
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-136.844	-107.381
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.772	-2.212
6.02.02	Aquisição de intangível	-135.072	-105.169
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-396.941	-314.463
6.03.01	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	0	-6.281
6.03.03	Pagamento de debêntures e arrendamento mercantil	-142.081	-539

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-202.612	-256.919
6.03.07	Juros pagos	-52.248	-50.724
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-126.522	2.894
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	173.353	135.740
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.831	138.634

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	145.965	0	0	449.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	145.965	0	0	449.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-85.456	-115.065	0	-200.521
5.04.06	Dividendos	0	0	-85.456	-97.660	0	-183.116
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-17.405	0	-17.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.639	0	250.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.639	0	250.639
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	135.574	0	499.121

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	116.585	0	0	419.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	116.585	0	0	419.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-56.076	-200.616	0	-256.692
5.04.06	Dividendos	0	0	-56.076	-182.596	0	-238.672
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.020	0	-18.020
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	255.828	0	255.828
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	255.828	0	255.828
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	55.212	0	418.759

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	890.571	849.589
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	726.893	731.262
7.01.02	Outras Receitas	31.298	32.290
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	132.380	86.037
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-258.935	-195.113
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-236.216	-169.513
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.135	-26.192
7.02.04	Outros	1.416	592
7.03	Valor Adicionado Bruto	631.636	654.476
7.04	Retenções	-107.983	-117.720
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-107.983	-117.720
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	523.653	536.756
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.052	32.016
7.06.02	Receitas Financeiras	31.052	32.016
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	554.705	568.772
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	554.705	568.772
7.08.01	Pessoal	29.503	27.338
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.075	19.954
7.08.01.02	Benefícios	6.065	6.172
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.363	1.212
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	185.211	188.184
7.08.02.01	Federais	147.532	150.117
7.08.02.03	Municipais	37.679	38.067
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	89.353	97.422
7.08.03.01	Juros	38.059	39.699
7.08.03.02	Aluguéis	1.113	341
7.08.03.03	Outras	50.181	57.382
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	250.638	255.828
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	17.404	18.020
7.08.04.02	Dividendos	97.660	182.596
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	135.574	55.212

## Comentário do Desempenho

# Ecovias dos Imigrantes anuncia os resultados do 3T19

**São Bernardo do Campo, 29 de outubro de 2019** – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019 (3T19) e aos primeiros nove meses de 2019 (9M19). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018 (3T18) e aos primeiros nove meses de 2018 (9M18).

\* Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

### Destaques operacionais e financeiros

- ✓ O volume de tráfego atingiu 14.774 mil veículos equivalentes pagantes no 3T19 (+0,8%).
- ✓ A receita líquida atingiu R\$288,5 milhões no 3T19. A receita líquida pró-forma (excluindo a receita de construção) totalizou R\$234,8 milhões no 3T19 (+4,0%).
- ✓ O EBITDA pró-forma<sup>2</sup> totalizou R\$191,3 milhões no 3T19 (+3,9%) e a margem EBITDA pró-forma, 81,5%.

Destaques (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Volume de tráfego <sup>1</sup>	14.774	14.661	0,8%	44.791	45.669	-1,9%
Tarifa Média (R\$)	16,77	16,12	4,0%	16,23	16,01	1,3%
Receita líquida	288,5	262,1	10,1%	825,0	783,6	5,3%
EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	191,3	184,2	3,9%	562,7	568,4	-1,0%
Margem EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	81,5%	81,6%	-0,1 p.p.	81,2%	81,5%	-0,3 p.p.
Capex	63,9	70,7	-9,7%	156,3	145,0	7,9%

<sup>1</sup> Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

<sup>2</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

### Companhia

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao Porto de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 60 milhões de veículos equivalentes pagantes, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo.

A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

A Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001. Adicionalmente, a Ecorodovias possui sete concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001). As concessões que entraram em operação a partir de 2019 estão em processo de avaliação para as certificações.

## Comentário do Desempenho

A Ecovias conquistou pela primeira vez a certificação de Segurança Viária – ISO 39001 em junho de 2019 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A certificação atesta que a concessionária opera com excelência o Sistema Anchieta-Imigrantes e que é capaz de reduzir o número de acidentes nas estradas, bem como o número de feridos e vítimas fatais. A concessão é umas das primeiras concessionárias do Brasil a receber esse tipo de certificação, ainda recente no país.

## Análise do resultado

### Volume de tráfego

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Leves	8.115	8.256	-1,7%	25.865	25.650	0,8%
Pesados	6.659	6.404	4,0%	18.926	20.018	-5,5%
<b>Total</b>	<b>14.774</b>	<b>14.661</b>	<b>0,8%</b>	<b>44.791</b>	<b>45.669</b>	<b>-1,9%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes apresentou aumento 0,8% no 3T19.

**Veículos Leves** – redução de 1,7% no 3T19, devido ao clima desfavorável para o turismo na região e ao feriado de 07 de setembro, que em 2018 foi prolongado, aumentando o tráfego de veículos naquele ano.

**Veículos Pesados** – crescimento de 4,0% no 3T19 em função do aumento do fluxo e exportação da safra de milho.

### Tarifa média

Tarifa Média (em R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Ecovias dos Imigrantes	16,77	16,12	4,0%	16,23	16,01	1,3%

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 4,0% no 3T19, devido ao reajuste das tarifas de pedágio em 4,7%, impactado parcialmente pela maior representatividade de tráfego nas praças de pedágio de bloqueio, que possuem tarifas menores durante o trimestre.

Em julho de 2019, foi aplicado o reajuste contratual pelo IPCA de 4,7%. No caso do reajuste contratual anual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre o IGP-M e o IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão. A diferença tarifária acumulada até julho de 2019, considerando exclusivamente a substituição do IGP-M pelo IPCA, atingiu 6,9% e será compensada com extensão do prazo da concessão.

### Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$310,7 milhões no 3T19, aumento de 9,6% devido, principalmente, ao reajuste das tarifas de pedágio e ao incremento das obras contratuais no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Receitas de Pedágio	247,7	236,3	4,8%	726,9	731,3	-0,6%
Receitas Acessórias	9,4	10,9	-13,6%	31,3	32,3	-3,1%
Receita de Construção	53,7	36,3	47,8%	132,4	86,0	53,9%
<b>Total</b>	<b>310,7</b>	<b>283,5</b>	<b>9,6%</b>	<b>890,6</b>	<b>849,6</b>	<b>4,8%</b>

## Comentário do Desempenho

- ✓ **Receitas de Pedágio** – aumento de 4,8% devido ao reajuste das tarifas de pedágio e ao crescimento do tráfego de veículos.
- ✓ **Receitas Acessórias** – redução de 13,6% em função da diminuição dos serviços de monitoramento de cargas especiais.
- ✓ **Receita de Construção** – aumento de R\$17,4 milhões devido ao incremento das obras no período, principalmente, a realização das obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

## Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais aumentaram 15,4% no 3T19 e totalizaram R\$142,9 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$43,5 milhões, aumento de 3,4% em relação ao 3T18.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Pessoal	9,4	9,1	3,7%	29,5	27,3	7,9%
Conservação e manutenção	2,3	2,4	-1,9%	6,9	7,5	-8,0%
Serviços de terceiros	21,6	22,2	-2,5%	65,8	69,7	-5,6%
Seguros, poder concedente e locações	5,5	4,8	15,4%	15,1	14,4	4,8%
Outros	4,7	3,7	25,6%	14,1	11,6	22,3%
<b>Custos caixa</b>	<b>43,5</b>	<b>42,1</b>	<b>3,4%</b>	<b>131,5</b>	<b>130,6</b>	<b>0,7%</b>
Depreciação e amortização	36,7	38,5	-4,6%	108,0	117,7	-8,3%
Provisão para manutenção	9,0	6,9	30,4%	27,1	6,7	n.m.
Custo de construção de obras	53,7	36,3	47,8%	132,4	86,0	53,9%
<b>TOTAL</b>	<b>142,9</b>	<b>123,8</b>	<b>15,4%</b>	<b>399,0</b>	<b>341,1</b>	<b>17,0%</b>

- ✓ **Pessoal:** aumento de 3,7% devido ao reajuste salarial de 3,9% em março/19;
- ✓ **Conservação e manutenção:** redução de 1,9% em razão da melhoria da eficiência dos serviços de conservação vegetal;
- ✓ **Serviços de terceiros:** redução de 2,5% devido a economias repassadas pela empresa de Serviços à Concessionária;
- ✓ **Seguros, poder concedente e locações:** aumento de R\$ 0,7 milhão devido aos novos contratos de locações e incremento da outorga variável em função do crescimento da receita de pedágio;
- ✓ **Outros:** aumento de R\$ 1,0 milhão devido, principalmente, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- ✓ **Provisão para manutenção:** aumento em razão do incremento do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) na apuração dos ciclos futuros de manutenção quando comparado com o 3T18;
- ✓ **Depreciação e amortização:** redução de 4,6% devido a extensão do prazo de amortização em função da expectativa de compensação dos desequilíbrios contratuais;
- ✓ **Custos de construção:** aumento de R\$17,4 milhões, devido ao maior nível de obras no período, em especial, a realização das obras do aditivo contratual na entrada de Santos.



## Comentário do Desempenho

### EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$191,3 milhões no 3T19 (+3,9%), com margem EBITDA pró-forma de 81,5%. O EBITDA, no 3T19, foi de R\$182,3 milhões (margem EBITDA de 63,2%).

EBITDA (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Lucro líquido	90,9	77,7	16,9%	250,6	256,7	-2,3%
Depreciação e amortização	36,7	38,5	-4,6%	108,0	117,7	-8,3%
Resultado Financeiro	10,8	24,2	-55,3%	57,2	65,1	-12,1%
Imposto de renda e contribuição social	43,9	36,8	19,2%	119,8	122,2	-2,0%
Receita de Construção	53,7	36,3	47,8%	132,4	86,0	53,9%
Custo de Construção	(53,7)	(36,3)	47,8%	(132,4)	(86,0)	53,9%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>182,3</b>	<b>177,3</b>	<b>2,8%</b>	<b>535,6</b>	<b>561,7</b>	<b>-4,6%</b>
<b>Margem EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>63,2%</b>	<b>67,6%</b>	<b>-6,6%</b>	<b>64,9%</b>	<b>71,7%</b>	<b>-9,4%</b>
Provisão para manutenção <sup>2</sup>	9,0	6,9	30,4%	27,1	6,7	n.m.
<b>EBITDA Pró-Forma <sup>3</sup></b>	<b>191,3</b>	<b>184,2</b>	<b>3,9%</b>	<b>562,7</b>	<b>568,4</b>	<b>-1,0%</b>
<b>Margem EBITDA Pró-Forma <sup>3</sup></b>	<b>81,5%</b>	<b>81,6%</b>	<b>-0,1 p.p.</b>	<b>81,2%</b>	<b>81,5%</b>	<b>-0,3 p.p.</b>

<sup>1</sup> Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012.

<sup>2</sup> A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

<sup>3</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no 3T19 foi negativo em R\$10,8 milhões, redução de 55,3% devido, principalmente, à variação monetária sobre as debêntures, em função da diminuição do IPCA (+0,3% de jun. a ago/19 vs +1,5% de jun. a ago/18).

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	3T19	3T18	Var.	9M19	9M18	Var.
Juros sobre debêntures	(12,2)	(12,9)	-5,0%	(37,2)	(37,7)	-1,4%
Juros sobre arrendamento mercantil	(0,2)	(0,7)	-72,4%	(0,9)	(2,0)	-56,8%
Variação monetária sobre debêntures	(3,4)	(15,2)	-77,5%	(33,2)	(36,7)	-9,5%
Amortização de custos sobre debêntures	(0,6)	(0,3)	87,1%	(2,5)	(2,3)	6,2%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2,2)	(2,6)	-14,8%	(6,5)	(7,7)	-14,7%
Receitas de aplicações financeiras	1,9	1,9	-3,8%	7,7	6,7	14,3%
Outros efeitos financeiros	5,9	5,4	9,5%	15,4	14,6	5,6%
<b>TOTAL</b>	<b>(10,8)</b>	<b>(24,2)</b>	<b>-55,3%</b>	<b>(57,2)</b>	<b>(65,1)</b>	<b>-12,1%</b>

### Lucro líquido

O lucro líquido totalizou R\$90,9 milhões no 3T19, aumento de 16,9% em relação ao 3T18.

### Endividamento

A Ecovias dos Imigrantes encerrou setembro de 2019 com saldo de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$46,8 milhões e endividamento bruto (composto por debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente) de R\$1.126,9 milhões. A dívida líquida encerrou o trimestre em R\$1.078,8 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Pró-forma em 1,4x. Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas.

## Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2019	31/12/2018	Var.
<b>Curto Prazo</b>	<b>162,2</b>	<b>173,2</b>	<b>-6,4%</b>
Debêntures	161,7	171,6	-5,8%
Arrendamento Mercantil	0,5	1,6	-69,9%
<b>Longo Prazo</b>	<b>963,4</b>	<b>1.073,0</b>	<b>-10,2%</b>
Debêntures	963,2	1.072,8	-10,2%
Arrendamento Mercantil	0,2	0,2	0,0%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.125,6</b>	<b>1.246,2</b>	<b>-9,7%</b>
Obrigações com Poder Concedente	1,3	1,5	-15,7%
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>1.126,9</b>	<b>1.247,7</b>	<b>-9,7%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	46,8	173,4	-73,0%
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>1.080,0</b>	<b>1.074,3</b>	<b>0,5%</b>
<b>Dívida Líquida<sup>1</sup></b>	<b>1.078,8</b>	<b>1.072,8</b>	<b>0,6%</b>

<sup>1</sup> Exclui obrigações com Poder Concedente

## Capex

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$63,9 milhões no 3T19. Os principais investimentos realizados foram em obras contratuais, principalmente, as obras do aditivo contratual na entrada de Santos.

CAPEX (em milhões de R\$)	3T19			9M19		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias dos Imigrantes	56,0	7,9	63,9	139,8	16,6	156,3

## Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$230,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 96 meses e 4 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência em junho de 2026. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15.

A conclusão e emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de outubro de 2019.

### 2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018"), publicadas no dia 15 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br).

### 3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, houve alterações após a aplicação do CPC06 (R2) operações de arrendamento mercantil, conforme descrito a seguir:

O CPC06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

## Notas Explicativas

O CPC06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e consequentemente, os períodos comparativos estão sendo rerepresentados.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC06 (R2) apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 mil (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção do CPC06 (R2) nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na Nota Explicativa nº 10.

A Companhia aplicou os requerimentos da CPC06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

**Notas Explicativas**

	Originalmente			Originalmente		
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2018	CPC 06 (R2)	01/01/2019	31/12/2017	CPC 06 (R2)	01/01/2018
<b>BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	173.353	-	173.353	135.740	-	135.740
Clientes	53.386	-	53.386	61.964	-	61.964
Tributos a recuperar	24	-	24	1	-	1
Despesas antecipadas	1.424	-	1.424	1.372	-	1.372
Partes relacionadas	74	-	74	58	-	58
Outros créditos	7.207	-	7.207	2.825	-	2.825
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>235.468</b>	<b>-</b>	<b>235.468</b>	<b>201.960</b>	<b>-</b>	<b>201.960</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Tributos diferidos	18.534	-	18.534	27.831	-	27.831
Depósitos judiciais	66.341	-	66.341	66.884	-	66.884
Partes relacionadas	341.786	-	341.786	320.059	-	320.059
Outros créditos	-	-	-	82	-	82
Imobilizado	18.493	-	18.493	22.137	-	22.137
Intangível	1.261.522	1.813	1.263.335	1.243.628	2.857	1.246.485
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.706.676</b>	<b>1.813</b>	<b>1.708.489</b>	<b>1.680.621</b>	<b>2.857</b>	<b>1.683.478</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.942.144</b>	<b>1.813</b>	<b>1.943.957</b>	<b>1.882.581</b>	<b>2.857</b>	<b>1.885.438</b>
	Originalmente		Originalmente			
	Divulgado		Divulgado			
	31/12/2018	CPC 06 (R2)	01/01/2019	31/12/2017	CPC 06 (R2)	01/01/2018
<b>BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	15.470	-	15.470	14.899	-	14.899
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Debêntures	171.614	-	171.614	30.605	-	30.605
Arrendamento Mercantil	-	1.571	1.571	-	2.129	2.129
Impostos, taxas e contribuições a recolher	11.610	-	11.610	10.868	-	10.868
Obrigações sociais e trabalhistas	5.529	-	5.529	6.024	-	6.024
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.600	-	3.600	3.610	-	3.610
Partes relacionadas	8.808	-	8.808	5.831	-	5.831
Obrigações com o Poder Concedente	1.482	-	1.482	7.830	-	7.830
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23.945	-	23.945	11.430	-	11.430
Provisão para manutenção	15.438	-	15.438	34.693	-	34.693
Outras contas a pagar	2.027	-	2.027	4.693	-	4.693
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>259.523</b>	<b>1.571</b>	<b>261.094</b>	<b>130.483</b>	<b>2.129</b>	<b>132.612</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Debêntures	1.072.762	-	1.072.762	1.163.687	-	1.163.687
Arrendamento Mercantil	-	242	242	-	728	728
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	67.394	-	67.394	74.395	-	74.395
Provisão para manutenção	79.060	-	79.060	83.753	-	83.753
Provisão para construção de obras futuras	3.115	-	3.115	2.945	-	2.945
Outras contas a pagar	11.287	-	11.287	7.695	-	7.695
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.233.618</b>	<b>242</b>	<b>1.233.860</b>	<b>1.332.475</b>	<b>728</b>	<b>1.333.203</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Capital social						
Subscrito	314.052	-	314.052	314.052	-	314.052
A integralizar	(11.505)	-	(11.505)	(11.505)	-	(11.505)
Reserva de lucros - legal	60.509	-	60.509	60.509	-	60.509
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	85.456	-	85.456	56.076	-	56.076
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	491	-	491	491	-	491
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>449.003</b>	<b>-</b>	<b>449.003</b>	<b>419.623</b>	<b>-</b>	<b>419.623</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.942.144</b>	<b>1.813</b>	<b>1.943.957</b>	<b>1.882.581</b>	<b>2.857</b>	<b>1.885.438</b>

**Notas Explicativas**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Três meses findos em			Nove meses findos em		
	Originalmente		Reapresentado	Originalmente		Reapresentado
	Divulgado	CPC 06		Divulgado	CPC 06	
	30/09/2018	(R2)	30/09/2018	30/09/2018	(R2)	30/09/2018
RECEITA LÍQUIDA	262.082	-	262.082	783.609		783.609
Custo dos serviços prestados	(114.586)	451	(114.135)	(308.770)	1.354	(307.416)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>147.496</b>	<b>451</b>	<b>147.947</b>	<b>474.839</b>	<b>1.354</b>	<b>476.193</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(9.670)	-	(9.670)	(33.688)	-	(33.688)
Outras receitas (despesas), líquidas	303	-	303	621	-	621
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>138.129</b>	<b>451</b>	<b>138.580</b>	<b>441.772</b>	<b>1.354</b>	<b>443.126</b>
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	14.535	-	14.535	32.016	-	32.016
Despesas financeiras	(38.110)	(664)	(38.774)	(95.090)	(1.991)	(97.081)
	(23.575)	(664)	(24.239)	(63.074)	(1.991)	(65.065)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>114.554</b>	<b>(213)</b>	<b>114.341</b>	<b>378.698</b>	<b>(637)</b>	<b>378.061</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(35.169)	-	(35.169)	(116.655)	-	(116.655)
Diferidos	(1.642)	73	(1.569)	(5.795)	217	(5.578)
	(36.811)	73	(36.738)	(122.450)	217	(122.233)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>77.743</b>	<b>(140)</b>	<b>77.603</b>	<b>256.248</b>	<b>(420)</b>	<b>255.828</b>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,28753	-	0,28701	0,94771	-	0,94616

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Três meses findos em			Nove meses findos em		
	Originalmente		Reapresentado	Originalmente		Reapresentado
	Divulgado	CPC 06		Divulgado	CPC 06	
	30/09/2018	(R2)	30/09/2018	30/09/2018	(R2)	30/09/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	77.743	(140)	77.603	256.248	(420)	255.828
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>77.743</b>	<b>(140)</b>	<b>77.603</b>	<b>256.248</b>	<b>(420)</b>	<b>255.828</b>

**Notas Explicativas**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social	Reservas de capital, Opções Outorgadas e Ações em tesouraria	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	302.547	491	60.509	56.076	-	419.623
Dividendos distribuídos	-	-	-	(56.076)	(182.596)	(238.672)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(18.020)	(18.020)
Lucro do período	-	-	-	-	255.828	255.828
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	302.547	491	60.509	-	55.212	418.759

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Originalmente Divulgado		Reapresentado
	30/09/2018	CPC06 (R2)	30/09/2018
RECEITAS	849.589	-	849.589
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(195.705)	-	(195.705)
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	653.884	-	653.884
RETENÇÕES	(116.544)	(1.176)	(117.720)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	537.340	(1.176)	536.164
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	32.608	-	32.608
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	569.948	(1.176)	568.772
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	569.948	(1.176)	568.772
PESSOAL	27.338	-	27.338
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	188.401	(217)	188.184
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	97.961	(539)	97.422
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	256.248	(420)	255.828

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	Originalmente Divulgado		Reapresentado
	30/09/2018	CPC06 (R2)	30/09/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	422.208	2.530	424.738
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(107.381)	-	(107.381)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(311.933)	(2.530)	(314.463)

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	2.444	4.709
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	42.528	158.175
Aplicações automáticas (b)	1.859	10.469
	<u>46.831</u>	<u>173.353</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

## Notas Explicativas

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de setembro de 2019 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 87,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 1,8% em Operações Compromissadas, 10,9% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,0% em 30 de setembro de 2019 (99,1% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

### 5. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	30/09/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico (a)	51.118	49.845
Receitas acessórias (b)	4.174	4.316
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(1.521)	(775)
	<u>53.771</u>	<u>53.386</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/09/2019	31/12/2018
A vencer	50.747	52.905
Vencidos:		
Até 30 dias	1.600	222
De 31 a 90 dias	1.155	235
De 91 a 120 dias	269	24
Acima de 120 dias	1.521	775
	<u>55.292</u>	<u>54.161</u>



## Notas Explicativas

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Saldo no início do período	775	434
Constituição de PECLD	750	549
Valores recuperados	<u>(4)</u>	<u>(456)</u>
Saldo no fim do período	<u><u>1.521</u></u>	<u><u>527</u></u>

### 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cível	3.557	3.726
Tributário	5.363	5.372
Trabalhista	5.905	5.578
Meio Ambiente	59.977	51.649
Desapropriações	<u>16</u>	<u>16</u>
	<u><u>74.818</u></u>	<u><u>66.341</u></u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Saldo no início do período	66.341	66.884
Adições	7.333	1.824
Baixas	(794)	(953)
Atualização monetária	<u>1.938</u>	<u>1.912</u>
Saldo no fim do período	<u><u>74.818</u></u>	<u><u>69.667</u></u>

## Notas Explicativas

## 7. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual		
			Saldos em 31/12/2018	Adições 30/09/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições 30/09/2019	Saldos em 30/09/2019	Adições 30/09/2019	Saldos em 30/09/2019	Adições 30/09/2019	Saldos em 31/12/2018
<i>Hardwares</i>	20,0	3,0	112.363	1.484	113.847	(104.327)	(2.530)	(106.857)	6.990	8.036	
Máquinas e equipamentos	10,0	5,2	20.607	276	20.883	(15.332)	(810)	(16.142)	4.741	5.275	
Móveis e utensílios	10,0	6,0	6.782	12	6.794	(5.317)	(304)	(5.621)	1.173	1.465	
Terrenos	-	-	3.304	-	3.304	-	-	-	3.304	3.304	
Veículos	20,0	1,7	5.057	-	5.057	(4.644)	(65)	(4.709)	348	413	
			<b>148.113</b>	<b>1.772</b>	<b>149.885</b>	<b>(129.620)</b>	<b>(3.709)</b>	<b>(133.329)</b>	<b>16.556</b>	<b>18.493</b>	

  

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições 30/09/2018	Saldos em 30/09/2018	Adições 31/12/2017	Saldos em 30/09/2018	Adições 30/09/2018	Saldos em 30/09/2018	Adições 30/09/2018	Saldos em 31/12/2017
<i>Hardwares</i>	20,0	4,1	109.742	1.675	-	111.417	(99.920)	(3.385)	(103.305)	8.112	
Máquinas e equipamentos	10,0	5,6	19.868	433	-	20.301	(14.213)	(848)	(15.061)	5.240	
Móveis e utensílios	10,0	6,1	6.436	104	-	6.541	(4.917)	(299)	(5.216)	1.325	
Terrenos	-	-	3.304	-	-	3.304	-	-	-	3.304	
Veículos	10,0	11,0	5.054	-	-	5.055	(4.090)	(418)	(4.508)	964	
Outros	-	-	873	-	(871)	(2)	-	-	-	873	
			<b>145.277</b>	<b>2.212</b>	<b>(871)</b>	<b>146.618</b>	<b>(123.140)</b>	<b>(4.950)</b>	<b>(128.090)</b>	<b>22.137</b>	

Em 30 de setembro de 2019 e de 2018 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de setembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Notas Explicativas

## 8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo			Amortização			Residual				
			Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixa	Transf.	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 30/09/2019		Adições	Saldos em 30/09/2019	31/12/2019 Ajustado (*)	
Contratos de concessão (i)	-	(ii)	2.605.422	5.250	(246)	19.931	-	2.630.357	(1.408.883)	(102.588)	(1.511.471)	1.118.886	1.196.539
Intangível em andamento (iii)	-	-	63.644	132.459	-	(19.931)	-	176.172	-	-	(8.661)	176.172	63.644
Softwares de terceiros	20,0	5,8	9.575	281	-	-	-	9.856	(8.236)	(425)	(1.261)	1.195	1.339
Direito de uso - CPC06 (R2) (iv)	-	-	-	-	-	-	1.813	1.813	-	(1.261)	(1.261)	552	1.813
			2.678.641	137.990	(246)	-	1.813	2.818.198	(1.417.119)	(104.274)	(1.521.393)	1.296.805	1.263.335

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo			Amortização			Residual			
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf./Reclassif.	Adoção CPC06 (R2)	Saldos em 30/09/2018 Ajustado (*)	Adições		Saldos em 30/09/2018 Ajustado (*)	31/12/2017 Ajustado (*)	
Contratos de concessão	-	(ii)	2.518.483	34.985	53.207	-	2.606.675	(1.285.521)	(111.041)	(1.396.562)	1.210.113	1.232.962
Softwares de terceiros	20,0	8,0	9.204	141	-	-	9.345	(7.518)	(553)	(8.071)	1.274	1.686
Intangível em andamento	-	-	8.980	70.964	(53.207)	-	26.737	-	-	-	26.737	8.980
Direito de uso - CPC06 (R2) (iv)	-	-	-	-	-	2.857	2.857	-	(1.176)	(1.176)	1.681	2.857
			2.536.667	106.090	-	2.857	2.645.614	(1.293.039)	(112.770)	(1.405.809)	1.239.805	1.246.485

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de setembro de 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: recuperação da infraestrutura viária, revitalização de postes SAI pluriannual, revitalização balação dinâmica plataforma e do circuito de iluminação, complementação Trevo SP150/SP055, implantação de passagem de pedestre km 27100 e km 23700, implantação da Marginal Norte do km 18 ao km 23 SP e serviços de contenção nas encostas no Sistema Anchieta-Imigrantes.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de setembro de 2019 foram 5,19% a.a. (5,70% a.a. em 30 de setembro de 2018).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de setembro de 2019 referem-se a: serviços e restauração de pavimentação, interligação entre margens do projeto básico viário, recuperação e contenção das encostas SP e implantação da conexão Porto-Cidade em Santos.

(iv) Vide Nota Explicativa nº3

No período findo em 30 de setembro de 2019, foram capitalizados R\$2.918 referente a encargos financeiros (R\$921 em 30 de setembro de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de setembro de 2019 é de 13,81%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 2,90%a.a. para o período findo em 30 de setembro de 2018.

## Notas Explicativas

### 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

#### a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/09/2019	30/09/2019
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	4.512	793	(120)	5.185	673
Provisão para manutenção	32.129	11.379	(5.639)	37.869	5.740
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	132	183	-	315	183
Outros	122	86	(190)	18	(104)
Efeito Lei nº12.973 - Extinção RTT	(17.497)	-	1.944	(15.553)	1.944
Juros capitalizados	(864)	(992)	57	(1.799)	(935)
IR e CS diferido - ativo (i)	18.534	11.449	(3.948)	26.035	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					7.501

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$26.035 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	30/09/2019	31/12/2018
2019	1.894	4.038
2020	5.888	3.914
2021	4.389	3.255
2022	3.798	3.255
2023	4.082	3.256
Posteriores a 2023	5.984	816
	26.035	18.534

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

**Notas Explicativas**

## b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período findo em 30 de setembro de 2019 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	370.441	378.061
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(125.950)	(128.540)
Juros sobre o capital próprio	5.918	6.127
Gratificações diretores	(77)	(58)
Despesas indedutíveis	(5)	(2)
Incentivos fiscais (PAT)	397	366
Outros	(85)	(126)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(119.802)</u>	<u>(122.233)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(127.303)	(116.655)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	7.501	(5.578)
Taxa efetiva	32,3%	32,3%

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

## c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período provisão IR/CS	23.945	11.430
Despesa IR/CS DRE	127.303	116.655
Total de IR/CS pagos	<u>(135.655)</u>	<u>(112.455)</u>
Saldo no fim do período provisão IR/CS	<u>15.593</u>	<u>15.630</u>

## 10. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	30/09/2019	31/12/2018
2ª Emissão	04/2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	1.124.889	1.244.376
Circulante			161.690	171.614
Não Circulante			963.199	1.072.762

## Notas Explicativas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período	1.244.376	1.194.292
Pagamento de juros	(51.387)	(48.733)
Pagamento de principal	(140.983)	-
Encargos financeiros e variação monetária (vide Nota Explicativa nº 20)	72.883	76.718
Saldo no fim do período	<u>1.124.889</u>	<u>1.222.277</u>

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤3,5 x	1,41x
	Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	>2,0 x	10,24x

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2020	-	(550)	(550)	138.543	(2.684)	135.859
2021	-	(2.885)	(2.885)	-	(2.885)	(2.885)
2022	323.420	(2.065)	321.355	314.471	(2.066)	312.405
2023	323.420	(1.200)	322.220	314.471	(1.200)	313.271
2024	323.492	(433)	323.059	314.543	(431)	314.112
	<u>970.332</u>	<u>(7.133)</u>	<u>963.199</u>	<u>1.082.028</u>	<u>(9.266)</u>	<u>1.072.762</u>

## Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,76% a.a.
2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,50% a.a.
		<u>881.000</u>	<u>(30.352)</u>	<u>850.648</u>		

### 11. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	30/09/2019	31/12/2018
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	715	1.813
Circulante	473	1.571
Não circulante	242	242

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	30/09/2019	30/09/2018
Adoção inicial CPC06 (R2) (vide Nota Explicativa nº 3)	1.813	2.857
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	861	1.991
Pagamento principal	(1.098)	(1.991)
Pagamento de juros	(861)	(539)
Saldo no fim do período	<u>715</u>	<u>2.318</u>

### 12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além dos serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 30 de setembro de 2019, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

## Notas Explicativas

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	5.377	-	34.966	17.722
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	25	-	-	229	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora	-	358.634	-	16.848	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	-	-	289	-	-	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (d)	Outras partes relacionadas	94	-	56	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (d)		4	-	-	-	-	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (d)		10	-	-	-	-	-
CBB Ind. e Com de Asfaltos e Eng. Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	4.196	406	-	-	-
TB Transportadora de Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	247	29	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (f)	Outras partes relacionadas	-	71.788	6.963	-	-	-
Consórcio Baixada Santista (g)	Outras partes relacionadas	-	3.387	660	-	-	-
Total em 30 de setembro de 2019		133	438.252	13.780	17.077	34.966	17.722
Total em 31 de dezembro de 2018		74	371.923	8.808			
Total em 30 de setembro de 2018					16.478	36.487	18.797

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$74.393. O saldo em aberto de R\$5.377 em 30 de setembro de 2019 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) Locação do prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 30 de setembro de 2019, o valor mensal da locação é de R\$25 (R\$25 em 31 de dezembro de 2018).
- (c) Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirográfica, para colocação "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcela única na data do seu vencimento 12 de abril de 2025.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencentes aos acionistas da CR Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$28.429. O prazo para execução desses trabalhos é 31 de maio de 2020. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto de R\$435 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150, municípios de Santos e



## Notas Explicativas

Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto de R\$6.963 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- (g) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda. e Crasa Infraestrutura S.A., prestou serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - Sistema Anchieta-Imigrantes e usinagem de CBUQ, inclusive com asfaltos modificados na Unisa das Ecovias". O preço global firmado é de R\$51.300 e o prazo final para execução destes serviços foi 31 de dezembro de 2018. Em 30 de setembro de 2019, o saldo em aberto de R\$660 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 30 de setembro de 2019, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2019 em R\$1.726 (R\$1.707 em 31 de dezembro de 2018).

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Remuneração (fixa/variável)	824	854
Remun. baseada em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> )	188	-
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde	50	44
Previdência privada	40	38
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> ))	198	132
	<u>1.302</u>	<u>1.070</u>

### 13. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 7,90% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

**Notas Explicativas**

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	551.195	36.699	-	-	587.894
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 19)	(95.486)	(9.627)	-	-	(105.113)
Realização da manutenção	(426.265)	-	(16.587)	-	(442.852)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	65.054	-	-	6.396	71.450
	<u>94.498</u>	<u>27.072</u>	<u>(16.587)</u>	<u>6.396</u>	<u>111.379</u>
Circulante	15.438				23.975
Não circulante	79.060				87.404

	31/12/2017	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	527.336	13.019	-	-	540.355
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 19)	(86.601)	(6.281)	-	-	(92.882)
Realização da manutenção	(377.312)	-	(36.700)	-	(414.012)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	55.023	-	-	7.524	62.547
	<u>118.446</u>	<u>6.738</u>	<u>(36.700)</u>	<u>7.524</u>	<u>96.008</u>
Circulante	34.693				21.473
Não circulante	83.753				74.535

**14. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 9,50% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Efeito financeiro	30/09/2019
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	5.485	127	5.612
	<u>3.115</u>	<u>127</u>	<u>3.242</u>
Não circulante	3.115		3.242

**Notas Explicativas**

	31/12/2017	Efeito financeiro	30/09/2018
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 20)	5.315	127	5.442
	<u>2.945</u>	<u>127</u>	<u>3.072</u>
Não circulante	2.945		3.072

**15. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE**

	30/09/2019	31/12/2018
Parcelas variáveis	<u>1.250</u>	<u>1.482</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	30/09/2019	30/09/2018
Saldo no início do período	1.482	7.830
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 20)	-	(50)
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	11.396	11.459
Pagamento principal e atualização	(11.628)	(18.001)
Saldo no fim do período	<u>1.250</u>	<u>1.238</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão de 2019 ao fim da concessão	
	30/09/2019	31/12/2018
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	158.649	277.598
Conservação especial (manutenção)	164.712	179.458
Equipamentos	54.393	54.393
	<u>377.755</u>	<u>511.449</u>

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

## Notas Explicativas

### 16. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	57.651	3.870	5.873	67.394
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	8.062	1.413	7	9.482
(-) Pagamentos	(799)	(1.175)	(2)	(1.976)
(+) Atualização monetária	2.715	525	(357)	2.883
Saldos em 30 de setembro de 2019	67.629	4.633	5.521	77.783

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	61.094	4.671	8.630	74.395
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.253	607	630	2.490
(-) Pagamentos	(1.233)	(600)	-	(1.833)
(+) Atualização monetária	2.288	260	53	2.601
Saldos em 30 de setembro de 2018	63.402	4.938	9.313	77.653

#### (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2019 R\$69.283 (R\$22.645 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 30 de setembro de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$59.977 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

#### (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor

## Notas Explicativas

individual relevante. Em 30 de setembro de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$17.250 (R\$17.524 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

### (c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de setembro de 2019, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$37.583 (R\$27.216 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

### b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

### c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no período findo em 30 de setembro de 2019 de R\$202.612 refere-se a: R\$85.456 de dividendos e R\$ 3.600 de juros sobre capital próprio remanescentes de 2018, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2019, R\$97.660 dividendos intermediários e R\$15.896 (dos 17.405 contabilizados) de juros sobre o capital próprio do exercício de 2019, aprovados em reuniões do Conselho de Administração. O saldo de R\$1.509 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

**Notas Explicativas****18. RECEITA LÍQUIDA**

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	76.405	79.797	241.664	254.296
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	149.905	137.359	429.389	420.034
Vale-pedágio	20.833	19.098	55.250	56.747
Outras	546	41	590	185
	<u>247.689</u>	<u>236.295</u>	<u>726.893</u>	<u>731.262</u>
	-			
Receitas com construção (b)	53.656	36.306	132.380	86.037
Receitas acessórias (c)	9.379	10.860	31.298	32.290
	<u>63.035</u>	<u>47.166</u>	<u>163.678</u>	<u>118.327</u>
Receita bruta	310.724	283.461	890.571	849.589
Deduções de receita	(22.230)	(21.379)	(65.531)	(65.980)
Receita líquida	<u>288.494</u>	<u>262.082</u>	<u>825.040</u>	<u>783.609</u>

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
<u>Base de cálculo de impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	247.689	236.295	726.893	731.262
Receitas acessórias	9.379	10.860	31.298	32.290
	<u>257.068</u>	<u>247.155</u>	<u>758.191</u>	<u>763.552</u>
<u>Deduções</u>				
COFINS (3%)	(7.712)	(7.415)	(22.746)	(22.907)
PIS (0,65%)	(1.671)	(1.606)	(4.928)	(4.963)
ISS (2% a 5%)	(12.784)	(12.333)	(37.735)	(38.081)
Abatimentos	(63)	(25)	(122)	(29)
Deduções da receita	<u>(22.230)</u>	<u>(21.379)</u>	<u>(65.531)</u>	<u>(65.980)</u>

**Notas Explicativas****19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018 (* Ajustado)	30/09/2019	30/09/2018 (* Ajustado)
Pessoal	9.391	9.060	29.503	27.338
Conservação e manutenção	2.333	2.378	6.945	7.545
Serviços de terceiros (**)	21.645	22.194	65.802	69.729
Seguros	862	900	2.616	2.636
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nºs 7 e 8)	36.676	38.464	107.983	117.720
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	3.856	3.711	11.396	11.459
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº13) (***)	9.024	6.920	27.072	6.738
Custos com construção	53.656	36.306	132.380	86.037
Locações de imóveis e máquinas	777	152	1.113	341
Outros custos e despesas operacionais	4.674	3.720	14.140	11.561
	<b>142.894</b>	<b>123.805</b>	<b>398.950</b>	<b>341.104</b>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	132.264	114.135	366.420	307.416
Despesas gerais e administrativas	10.630	9.670	32.530	33.688
	<b>142.894</b>	<b>123.805</b>	<b>398.950</b>	<b>341.104</b>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(\*\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018 (* Ajustado)	30/09/2019	30/09/2018 (* Ajustado)
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.870	1.943	7.652	6.693
Variação monetária sobre debêntures	438	5.214	1.680	5.426
Variação monetária sobre créditos fiscais	672	1.412	1.938	2.635
Efeitos financeiros sobre direito de outorga	-	-	-	50
Juros ativos sobre debêntures privadas	5.754	5.535	16.848	16.267
Juros capitalizados	1.434	426	2.918	921
Outros	2	5	16	24
	<b>10.170</b>	<b>14.535</b>	<b>31.052</b>	<b>32.016</b>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(12.239)	(12.884)	(37.198)	(37.708)
Variação monetária sobre debêntures	(3.855)	(20.384)	(34.908)	(42.123)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(625)	(334)	(2.457)	(2.313)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	(2.174)	(2.551)	(6.523)	(7.651)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(1.019)	(1.035)	(2.883)	(2.601)
Juros sobre arrendamento mercantil – CPC06 (R2)	(183)	(664)	(861)	(1.991)
Outras	(905)	(922)	(3.410)	(2.694)
	<b>(21.000)</b>	<b>(38.774)</b>	<b>(88.240)</b>	<b>(97.081)</b>
Resultado financeiro, líquido	<b>(10.830)</b>	<b>(24.239)</b>	<b>(57.188)</b>	<b>(65.065)</b>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

## Notas Explicativas

### 21. LUCRO POR AÇÃO

#### a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/09/2019	30/09/2018 Ajustado (*)
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	250.639	255.828
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,93</u>	<u>0,95</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

#### b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

### 22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

#### Índices de endividamento

	30/09/2019	31/12/2018 Ajustado (*)
Dívida (a)	1.126.854	1.247.671
Caixa e equivalentes de caixa	(46.831)	(173.353)
Dívida líquida	<u>1.080.023</u>	<u>1.074.318</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>499.121</u>	<u>449.003</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,16</u>	<u>2,39</u>

(\*) Os saldos foram ajustados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

(a) A dívida é definida como debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 10, 11 e 15.



## Notas Explicativas

- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 99,0% do CDI em 30 de setembro de 2019, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (99,1% do CDI em 31 de dezembro de 2018).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures, arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2019 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
	Valor justo através do resultado	2.444	2.444
Caixa e bancos (ii)			
Clientes (i)	Custo amortizado	53.771	53.771
	Valor justo através do resultado	44.387	44.387
Aplicações financeiras (ii)			
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	9.479	9.479
Debêntures (iii)	Custo amortizado	1.124.889	1.124.889
Arrendamento mercantil (iii)	Custo amortizado	715	715
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	1.250	1.250
<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> (iv)	Custo amortizado	38	38

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures, Arrendamento mercantil e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

## Notas Explicativas

### Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

## Notas Explicativas

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

### a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

#### (i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$37.274 (R\$38.649 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	150.395	-	-	-
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	61.913	44.163	390.664	773.167
		<u>212.308</u>	<u>44.163</u>	<u>390.664</u>	<u>773.167</u>

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade

#### Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	1.920	2.400	2.880
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(68.499)	(69.543)	(70.593)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(66.579)</u>	<u>(67.143)</u>	<u>(67.713)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	5,70%	7,13%	8,55%
IPCA (b)	4,60%	5,75%	6,90%

Fonte: Relatório de junho da consultoria 4E - cenário básico 2020.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### 23. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

#### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos

Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de outubro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Alexandre Cassini Decourt

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 276957/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

Rui Juarez Klein

Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

Rui Juarez Klein

Diretor Presidente

Ronald Dennis Marangon

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores